



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Aplicação Legal: Artigo 2º, II da Lei 14.133/2021 – compra

Área Requisitante

Secretaria Municipal da Infraestrutura

Responsável

JOHNNY MOTA PEREIRA

1.1 Base Legal

1.1.1 A fundamentação jurídica desta contratação se encontra na Lei Federal nº 14.133/2021; no Decreto Municipal 14.464/2024; na Lei Ordinária Municipal 9.184/2024 e demais legislações aplicáveis.

1.1.2 Considerando o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 9.184 de 19 de novembro de 2024, por tratar-se de contratação habitual, a qual não se enquadra em nenhum dos incisos do artigo 3º da referida Lei, e embasada também no artigo 4º, esta unidade requisitante dispensou a elaboração do **Estudo Técnico Preliminar**, assim como da **Análise de Riscos**.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Registro de preços, pelo prazo de 12 meses, visando eventual aquisição de areia fina, pedrisco e pó de pedra, destinada à Usina de Asfalto da Secretaria Municipal de Infraestrutura, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Código	Quant.	Unidade	Descrição
1	1.01.08.4265-7	1.350	Tonelada	Areia Fina Lavada
2	1.01.08.4266-5	4.750	Tonelada	Pedrisco, granulometria, 9mm, faixa “D” do DER
3	1.01.08.4267-3	4.850	Tonelada	Pó de Pedra, agregado, miúdo, livre de impurezas. Passar na peneira #10 e retido na peneira #200

2.2. O objeto a ser adquirido, enquadra-se na categoria de bens comuns, de que trata a Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

2.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (Artigo 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Necessidade da Contratação:

Considerando que a Lei Complementar nº 1.021/2026, de 11/02/2026, transferiu para a Prefeitura Municipal de Marília a competência relativa aos serviços de pavimentação de vias públicas, tapa-



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

buracos, construção de guias, sarjetas e galerias de escoamento de águas pluviais, atribuindo tais atividades à Secretaria Municipal de Infraestrutura, que passou a assumir a operação da Usina de Asfalto situada na Rodovia Marília–Assis, Km 116, Marília/SP da antiga Companhia de Desenvolvimento Econômico de Marília – CODEMAR;

Considerando que a adequada manutenção e funcionamento da referida Usina de Asfalto dependem do fornecimento contínuo de insumos minerais, especialmente **areia fina, pedrisco e pó de pedra**, misturas destinadas aos serviços de pavimentação, recapeamento e manutenção da malha viária municipal;

Portanto, registra-se que tais agregados minerais constituem insumos indispensáveis ao processo produtivo da usina, sendo tecnicamente necessários para assegurar a composição granulométrica adequada das misturas asfálticas, garantindo resistência mecânica, durabilidade, estabilidade e desempenho estrutural dos pavimentos executados.

Outrossim, informa-se que há Ata de Registro de Preços vigente do PE 065/2025, com saldo em aberto, para os seguintes materiais:

- a) Pedrisco: 488 m³;
- b) Areia fina I: 225 m³;
- c) Areia fina: 338 m³.

Registra-se, ainda, que não há saldo disponível para pó de pedra. Em contrapartida, os materiais com saldo acima citados seriam utilizados para outros fins, tendo em vista que a recente atribuição de competência da Usina de Asfalto à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Dessa forma, a aquisição justifica-se pela necessidade de:

- Assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais de infraestrutura viária;
- Manter o adequado padrão de qualidade técnica das obras e serviços executados;
- Proporcionar maior economicidade ao erário, mediante a produção própria de massa asfáltica, reduzindo custos com terceirização ou aquisição de material pronto.

A presente contratação encontra respaldo nos princípios do interesse público, da eficiência, da economicidade e do planejamento, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como atende ao disposto em seu art. 18, que estabelece a obrigatoriedade de justificativa da necessidade da contratação na fase preparatória do processo licitatório.

3.2 Previsão no Plano de Contratações Anual (PCA):

Não houve previsão em plano de contratação anual uma vez que a Prefeitura de Marília ainda não elaborou o referido plano para o exercício de 2026. Ainda assim, a estimativa de valor foi considerada na previsão da LOA 2026.

3.3 Justificativa da quantidade solicitada:

Para estimar as quantidades a serem contratadas foram levados em consideração os seguintes pontos:

- Disponibilidade financeira;



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

- Disponibilidade orçamentária;
- O consumo médio anual, porém, é uma estimativa, servindo apenas como parâmetro, considerando que há uma oscilação na aquisição dos materiais, tendo certo que desta forma não haverá o desabastecimento durante o período de vigência da Ata.

O quantitativo foi baseado no ano de 2025 pela antiga Companhia de Desenvolvimento Econômico de Marília – CODEMAR e tiveram a margem aumentada em torno de 2% em relação ao ano anterior.

3.4 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

Esta Licitação será realizada por item.

Justificativa: Os itens possuem natureza divisível e são comercializados separadamente no mercado, permitindo maior competitividade, ampliação da participação de fornecedores e obtenção da proposta mais vantajosa para cada item. Nos termos do art. 40 da Lei 14.133/2021.

3.5 Participação de Microempresas e Empresas de pequeno porte

3.5.1 Caso haja item(ns) que se enquadre(m), deverá ainda ser respeitado o tratamento diferenciado a ser dado a ME e EPP, quanto a itens exclusivos e de cota reservada (exclusiva) destinados a este específico nicho de fornecedores, conforme prevê **os incisos I e III**, do art. 48, da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 Descrição da solução como um todo:

O presente Termo de Referência visa garantir a eventual aquisição de areia, pedrisco e pó de pedra para Usina de Asfalto da Secretaria de Infraestrutura, onde é produzida a massa asfáltica para a realização de diversas operações no Município, dentre elas a de “tapa buraco”, recuperação, pavimentação e asfaltamento de vias públicas.

A aquisição por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) foi escolhida para atender às demandas de forma planejada, considerando a sazonalidade e o consumo escalonado, otimizando os recursos públicos, logo, assegurando:

- Qualidade e padronização dos agregados (granulometria/tipo e ausência de contaminantes relevantes).
- Logística de entrega com carga, transporte e descarga em local indicado pela Secretaria.
- Flexibilidade de fornecimento para atendimento de frentes de serviço simultâneas e demandas emergenciais.
- Recebimento e conferência dos materiais pela fiscalização/servidor responsável, com rejeição em caso de desconformidade.
- Controle de consumo e saldo, permitindo planejamento e evitando compras fracionadas desnecessárias.

4.2 Descrição da solução como um todo:



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

Os materiais listados possuem especificações detalhadas, como qualidade mínima exigida, dimensões e funcionalidades, de modo a garantir que os produtos atendam plenamente à necessidade desta Secretaria.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os itens objeto deste Termo de Referência devem obedecer aos seguintes critérios e estarem de acordo com as especificações descritas neste Termo.

5.1.1 Os produtos deverão estar de acordo com as Normas e Legislações Vigentes.

5.2 Subcontratação

5.2.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2.2 Justifica-se a negativa da subcontratação pelas razões que seguem:

5.2.2.1 Apenas parte do contrato poderia ser subcontratada, nunca a integralidade, dificultando a fiscalização e gestão do contrato por impossibilidade de existência de relação jurídica direta entre Administração e Subcontratada;

5.2.2.2 Daria oportunidade para licitantes não qualificados participarem do certame com intuito prévio de terceirizar a execução do objeto;

5.2.2.3 Levaria à abertura para intermediação de negócios, encareceria os custos da contratação, podendo refletir em prejuízo aos cofres públicos.

5.3 Da Proposta

5.3.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de encerramento para entrega das propostas iniciais

5.3.2 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta considerando quantitativos inferiores aos previstos para contratação.

5.4 Das Garantias

5.4.1 Garantia da Proposta

5.4.1.1 Não haverá exigência de garantia da proposta.

5.4.2 Garantia da Contratação

5.4.2.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que os produtos a serem adquiridos são de natureza comum.

5.4.3 Garantia do Objeto

5.4.3.1 Para esta contratação não será requerida a garantia do objeto.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Condições de Entrega

6.1.1 O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contados do recebimento da AF (Autorização de Fornecimento), podendo ser prorrogado desde que plenamente justificado e autorizado pela Administração – Frete CIF – Marília/SP, no seguinte endereço.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

6.1.2 A empresa contratada se responsabilizará pelo transporte e eventuais danos causados aos produtos por seus empregados, mesmo nas dependências físicas da Secretaria.

6.2 Local e horário da entrega dos bens

6.2.1 Os materiais serão entregues no seguinte endereço: Usina de Asfalto situada na Rodovia Marília–Assis, Km 116, Marília/SP

6.2.2 Os materiais serão entregues no seguinte horário: de segunda a sexta-feira das 8hs às 10h30min e 13hs às 16h (com exceção de feriados e pontos facultativos).

6.2.3 Durante a vigência da ata, poderão ser acrescentados novos endereços de entrega, dentro do município de Marília/SP.

6.2.4 A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2.5 As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.2.6 A Prefeitura de Marília poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.3 Do recebimento

6.3.1 Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no **ato da finalização da entrega dos materiais**, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.3.2 Sob pena de não recebimento do objeto e instauração do devido processo administrativo, no prazo estabelecido neste Termo, a nota fiscal será apresentada no ato da entrega dos produtos, deverá ser emitida pela mesma empresa, com o mesmo CNPJ da vencedora deste pregão.

6.3.3 Serão rejeitados no recebimento os produtos fornecidos com especificações diferentes das constantes neste Termo e na Proposta.

6.3.4 Para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação será emitido Termo de Recebimento Provisório.

6.3.5 Se, após o recebimento, constar-se que o objeto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à PROPONENTE vencedora, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sanada a situação.

6.3.6 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser adequados no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3.7 Após verificação da qualidade e quantidade do objeto e aceitação do mesmo será emitido Termo de Recebimento Definitivo.

6.3.8 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.3.9 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.3.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da execução nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

6.4 É dever da CONTRATADA

- 6.4.1 No decorrer da entrega dos objetos, determinar que seus funcionários e prepostos obrigatoriamente utilizem uniforme ou outra vestimenta do tipo, identificando a CONTRATADA, o qual deverá ser fornecido pela mesma, e os equipamentos de segurança específicos (EPI), quando couber, estabelecidos pela legislação pertinente.
- 6.4.2 Responsabilizar-se por danos e/ou prejuízos causados diretamente por seus funcionários durante a entrega do objeto aos equipamentos, instalações gerais ou patrimônio da Secretaria, inclusive danos materiais e pessoais causados a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo.
- 6.4.3 Arcar com todos os encargos incidentes, seja da seguridade social, trabalhista, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil, criminal, previdenciária, de acidentes de trabalho, ou ainda, indenizações de qualquer natureza devidas a seus empregados, dirigentes, prepostos envolvidos no trabalho pertinente ao objeto da licitação.
- 6.4.4 Responder por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, eximindo-se a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.
- 6.4.5 Responsabilizar-se pelo pagamento da remuneração, transporte e alimentação dos profissionais executores das entregas.

7 MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 Da assinatura da ata de registro de preços

- 7.1.1 A empresa vencedora será convocada pela Secretaria de Suprimentos, para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 7.1.2 A Ata de Registro de preços será enviada por meio eletrônico, através do e-mail informado na proposta pelo fornecedor.
- 7.1.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que:
 - 7.1.3.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - 7.1.3.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 7.1.4 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital, podendo ser realizada gratuitamente pelos seguintes sites: <https://assinador.iti.br/assinatura/> ou <https://marilia.1doc.com.br/atendimento>.
- 7.1.5 No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços a CONTRATADA deverá apresentar a “Declaração de Atualização Cadastral”, conforme item 1.d do Termo de Ciência e Notificação nos termos do Artigo 2º da Instrução Normativa 01/2020 (módulo eletrônico do Cadastro Corporativo TCESP – Cad-TECESP - <https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/>).
- 7.1.6 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 7.1.7 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 7.1.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 7.1.9 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

7.2 Da vigência e prorrogação da ata de registro de preços

- 7.2.1** A Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 meses, a partir da data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, na forma do art. 84 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 7.2.2** Ficam autorizadas alterações qualitativas e quantitativas nas atas de registro de preços, desde que observado os requisitos dispostos no art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, na forma do art. 32, §1º do Decreto Municipal 14.464/2024.
- 7.2.3** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, na forma do art. 32, §2º do Decreto Municipal 14.464/2024.
- 7.2.4** A renovação dos quantitativos registrados deverá respeitar o limite do quantitativo original, acrescido de eventual aditivo quantitativo realizado no primeiro ano de vigência da ata, na forma do art. 32, §3º do Decreto Municipal 14.464/2024.
- 7.2.5** Diante da prorrogação da vigência e renovação do saldo original, os limites das adesões previstas nos § 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 serão todos restabelecidos, não cumulando com adesões do período anterior, na forma do art. 32, §4º do Decreto Municipal 14.464/2024.
- 7.2.6** Esgotados os quantitativos da Ata de Registro de Preços antes do esgotamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial e prazo de 12 meses, na forma do art. 32, §5º do Decreto Municipal 14.464/2024.

7.2.7 Dos procedimentos para prorrogação da ata de registro de preços

- 7.2.7.1** Quando houver interesse da Administração em prorrogar a vigência da Ata, o fornecedor registrado será comunicado, por e-mail ou outro meio hábil, sendo-lhe concedido o prazo de até 10 (dez) dias úteis para manifestar seu interesse ou concordância na assinatura do Termo Aditivo.
- 7.2.7.2** O prazo supracitado será contado a partir da efetiva realização da comunicação, independentemente do tempo restante para o vencimento da ata.
- 7.2.7.3** A ausência de manifestação no prazo estabelecido será interpretada como desinteresse na prorrogação.

7.3 Do reajuste da ata de registro de preços

- 7.3.1** Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 01 (um) ano, contado da data do Orçamento Estimado, nos termos do Artigo 33, § 1º do Decreto Municipal 14.464/2024.
- 7.3.2** Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados para reposição de eventual perda inflacionária, mediante requerimento da CONTRATADA, pelo índice do IPCA ou outro que vier a substituí-lo a fim de manter o valor real de mercado, conforme este Termo.
- 7.3.3** O requerimento para reajuste, que deverá ser protocolado pelo interessado no site: www.marilia.lidoc.com.br/atendimento, será apreciado pelos setores competentes e, ao final, decidido pelo Gestor da Ata.
- 7.3.4** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida.
- 7.3.5** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.3.6** As alterações na ARP **serão formalizadas mediante apostilamento.**

7.4 Do cancelamento da ata de registro de preços e do preço registrado



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

- 7.4.1** O registro do fornecedor será cancelado, nos termos do Artigo 35 do Decreto Municipal 14.464/2024, quando:
- I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - II - não entregar os produtos empenhados no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - III - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
 - IV - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- 7.4.2** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do item 7.4.1, será formalizado por despacho fundamentado.
- 7.4.3** Na hipótese de cancelamento do preço registrado poderão ser convocados os licitantes remanescentes.
- 7.4.4** O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor, nos termos do Artigo 36 do Decreto Municipal 14.464/2024.
- 7.4.5** A solicitação de cancelamento deverá ser requerida no site: marilia.1doc.com.br/atendimento, será apreciado pelos setores técnicos competentes e, ao final decidido pelo Gestor da ARP no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data do protocolo.
- 7.4.6** A solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ocorrer antes de eventual pedido de fornecimento dos produtos pelo Município. Todas as autorizações de fornecimentos/ Ordens de Serviços emitidas antes da decisão do pedido deverão ser entregues.
- 7.4.7** Em caso de deferimento do pedido, o cancelamento da ata de registro de preços se dará através da formalização de termo aditivo.
- 7.4.8** A comunicação será feita através do processo em que o cancelamento foi requerido e/ou por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se, assim para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

7.5 Da justificativa para não divulgação da Intenção de Registro de Preços

- 7.5.1** A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar licitação pelo sistema de Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto mediante um único procedimento.
- 7.5.2** Embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada, conforme preveja a Lei 14.133/2024, em seu art. 86, § 1º (O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante).
- 7.5.3** Para o caso em questão, esta Administração optou pela não divulgação de IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento ou controle das Atas de Registro de Preços (desta Administração e de outros órgãos ou entidades).
- 7.5.4** Assim a realização individualizada sem a divulgação de IRP proporciona uma conclusão mais célere do procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, pois, tal ação poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, demandando maior tempo na realização das atividades e alongamento do prazo para a conclusão dos resultados e de certo prejuízo para esta Administração.
- 7.5.5** Somando-se a isso, comumente esta Administração já convive com a falta de servidores públicos municipais especialmente treinados para o trato com os trabalhos rotineiros e necessários, portanto, com a assunção de maiores obrigações junto a terceiros, não raro poderia ocorrer um aumento de serviços para um número reduzido de servidores treinados que já



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

convivem com uma sobrecarga de trabalho.

7.5.6 Portanto, a Administração não dispõe de recursos humanos suficientes para executar as atribuições de seus cargos e gerenciar, a contento, o conjunto de procedimentos para registro de preços de várias Atas de Registros de Preços dela decorrentes.

7.5.7 Acrescenta-se também que a aceitação de intenção de registro de preço de outros órgãos ou entidades certamente ocasionaria necessidade de paralizações dos trabalhos como para acertos ou comunicações para ajustes, dentre outras situações que a licitação conjunta ocasionaria.

7.5.8 Por outro olhar, o ineditismo em se realizar processo com aceitação de intenção de registro de preços, ou seja, em conjunto com outros órgãos ou entidades também esbarra nas dificuldades de disponibilidade de sistema eletrônico para tal feito, pois, não se tem atualmente ao dispor, sistema capaz de realizar processamentos ou controles de demandas internas e externas ao mesmo tempo, o que, na sua falta, por certo provocaria maiores trabalhos manuais, causando consequentemente mais demoras e dispêndios para a Administração local.

7.6 Da fiscalização da ata de registro de preços

7.6.1 A execução da ARP deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal desta ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), conforme segue abaixo:

Fiscal da ARP: ELVIS ONOFRE FERREIRA – CPF: 386.428.748-05 – CARGO: SECRETARIA ADJUNTO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Fiscal Substituto da ARP: JOSÉ MARIA COIMBRA – CPF: 706.776.038-00 – CARGO: ESCRITURÁRIO.

7.6.2 O Fiscal da ARP possui as seguintes atribuições, nos termos do Artigo 7º do Decreto Municipal 14.464/2024:

7.6.2.1 Esclarecer prontamente as dúvidas surgidas na execução do objeto contratado;

7.6.2.2 Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias ao contratado para perfeita execução dos serviços;

7.6.2.3 Encaminhar os apontamentos, realizados em registro próprio, ao gestor de contratos para que o mesmo tome as providências cabíveis;

7.6.2.4 Proceder, conforme o caso, avaliação do cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em ata;

7.6.2.5 Adotar as medidas preventivas de controle das ARP's, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

7.6.2.6 Conferir e certificar as faturas ou notas fiscais relativas às aquisições, serviços ou obras e encaminhá-las à unidade responsável pela gestão do contrato;

7.6.2.7 Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada, informando à unidade responsável pela gestão da contratação o que pode resultar na execução diversa do que foi contratado;

7.6.2.8 Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

7.6.2.9 Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

7.6.2.10 Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

7.6.2.11 Realizar, na forma do art. 140, da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

7.6.2.12 Propor ao gestor de contratos, a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

7.6.2.13 Outras atividades compatíveis com a função.

7.7 Da gestão da ata de registro de preços

7.7.1 Fica indicado o Gestor da ARP, conforme segue abaixo:

Gestor da ARP: JOHNNY MOTA PEREIRA - Secretário Municipal de Infraestrutura – ou por seu substituto

7.7.2 O Gestor da ARP terá atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, nos termos do Artigo 8º do Decreto Municipal 14.464/2024, especialmente:

7.7.2.1 Controlar a vigência da Ata de Registro de Preços;

7.7.2.2 Tomar providências objetivando eventual prorrogação do prazo ou abertura de novo processo licitatório;

7.7.2.3 Recepcionar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e proceder os devidos encaminhamentos;

7.7.2.4 Analisar os pedidos de aditivo contratual e proceder os devidos encaminhamentos;

7.7.2.5 Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

7.7.2.6 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

7.7.2.7 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado;

7.7.2.8 Analisar a documentação que antecede o pagamento;

7.7.2.9 Acompanhar o prazo para concessão de reajuste de preços, nos termos da data-base fixada no instrumento convocatório e tomar as providências necessárias para que o mesmo seja formalizado, após requerimento do interessado, mediante termo de apostilamento.

7.7.2.10 Acompanhar a renovação e/ou atualização das garantias contratuais no caso de prorrogação ou alteração de valores dos instrumentos contratuais;

7.7.2.11 Solicitar o empenho dos valores correspondentes aos contratos, aditivos ou atualizações.

7.7.2.12 Outras atividades compatíveis com a função.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Critérios de medição

8.1.1 Os critérios de medição consistem na forma de verificação se a entrega atende ao que foi requisitado. Para a presente aquisição, os critérios de medição serão aferidos por tonelada, no ato da entrega, pelo servidor responsável pelo recebimento, o qual verificará se os critérios de medição foram atendidos.

8.2 Da Liquidação

8.2.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.1.1 o prazo de validade;

8.2.1.2 a data da emissão;

8.2.1.3 os dados da Ata e do órgão contratante;



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

8.2.1.4 o valor a pagar; e

8.2.1.5 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.2.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3 Prazo de pagamento

8.3.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento efetivo de todos os produtos empenhados.

8.3.2 Não serão consideradas as propostas com condições de pagamento “Antecipado” e com prazo contado “Da emissão da Nota Fiscal”.

8.4 Forma de pagamento

8.4.1 A prefeitura NÃO efetuará pagamento através de cobrança bancária (boleto). Os pagamentos serão efetuados por meio de Ordem de Pagamento Bancária, mediante crédito em conta corrente, devendo para tanto a Licitante indicar no Modelo de Proposta os Dados Bancários: nº do Banco, Agência, nº da Conta corrente e Código de identificação se houver.

8.4.2 Havendo atrasos nos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, poderá haver incidência de correção monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculados entre a data final do período de adimplemento de cada parcela e a do efetivo pagamento, devendo, entretanto ser solicitado pela CONTRATADA, através de requerimento protocolado no site (www.marília.lidoc.com.br/atendimento).

9 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do MODO DE DISPUTA ABERTO, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2 Participação de empresas em Consórcio

9.2.1 Não poderão participar pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

9.2.2 Justifica-se, de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, LEI 14.133, DE 1.º DE ABRIL DE 2021, TÍTULO II. DAS LICITAÇÕES, CAPÍTULO I. DO PROCESSO LICITATÓRIO, Art. 15, a participação de empresas em consórcio é geralmente autorizada pela Administração Pública quando a dimensão e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exigem a associação entre os particulares. Essas são situações em que apenas algumas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação. No entanto, no caso da presente aquisição, observamos que existe uma ampla variedade de empresas capazes de fornecer tais itens. Portanto, a restrição à participação de empresas em consórcio não limita a participação do certame, uma vez que há muitas empresas individualmente qualificadas para atender às necessidades da licitação. Assim, acreditamos que a não participação de empresas em consórcio é justificada neste caso.



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

9.3 Exigências de Habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3.2 Habilitação Jurídica

- 9.3.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.3.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;
- 9.3.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.3.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.3.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.3.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 9.3.1.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.3.1.8 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 9.3.1.9 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (artigos 17 a 19 e 165).
- 9.3.1.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3.2 Regularidade fiscal e trabalhista

- 9.3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.3.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.3.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos



Prefeitura Municipal de Marília

Estado de São Paulo

termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.2.4 Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.2.5 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.2.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação terá como referência os valores unitários a serem apurados na estimativa de preços, a qual será realizada por setor competente.

10.2 O orçamento estimado da contratação **não** terá caráter sigiloso, conforme o Art. 24 da Lei n.º 14.133/2021.

10.3 O preço estimado ou o máximo aceitável constará no edital da licitação, conforme Parágrafo único do Art. 24 da Lei n.º 14.133/2021.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11.2 A contratação será atendida pela dotação a ser definida pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento Econômico.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. RESPONSÁVEL

JOHNNY MOTA PEREIRA
Secretário Municipal de Infraestrutura



Companhia de Desenvolvimento Econômico de Marília - CODEMAR

Inscrição Estadual 438.025.617.113

CNPJ: 44.477.354/0001-05

Telefone (014) 3433-8188

Avenida Castro Alves, 632 - Caixa Postal 510 - CEP 17506-000 - Marília - SP.

Relatório de Controle de Compras de Areia Fina - 2025

Fonecedor: Portode Areia Pedra Branca Ltda - ME

CPNJ: 64.144.736/0001-16

DATA	NOTA FISCAL	TONELADA(t)
10/01/25	14521	52,50
15/01/25	14523	52,50
20/01/25	14526	52,50
20/01/25	14527	52,50
22/01/25	14529	52,50
28/01/25	14531	52,50
28/01/25	14533	52,50
30/01/25	14534	52,50
30/01/25	14535	52,50
01/04/25	14596	52,50
02/04/25	14597	52,50
03/04/25	14599	37,50
10/04/25	14605	52,50
11/04/25	14607	52,50
11/04/25	14608	52,50
16/04/25	14609	52,50
25/06/25	14626	52,50
28/06/25	14627	52,50
25/06/25	14625	52,50
03/07/25	14629	52,50
07/07/25	14631	52,50
21/07/25	14634	52,50
25/07/25	14637	52,50
28/07/25	14638	52,50
29/07/25	14640	52,50

Total Anual 2025 (t):

1.297,50



Companhia de Desenvolvimento Econômico de Marília - CODEMAR

Inscrição Estadual 438.025.617.113

CNPJ: 44.477.354/0001-05

Telefone (014) 3433-8188

Avenida Castro Alves, 632 - Caixa Postal 510 - CEP 17506-000 - Marília - SP.

Relatório de Controle de Compras de Pedrisco - 2025

Fornecedor: Santa Pilar Transportes Ltda - EPP

CNPJ: 07.299.879/0001-63

Consumo em 2025 (t): 4.668,86

DATA	NOTA FISCAL	TONELADA (t)
08/01/25	14990	22,90
08/01/25	14989	35,00
09/01/25	14996	35,00
09/01/25	14997	21,85
14/01/25	15015	35,00
14/01/25	15016	21,42
17/01/25	15024	15,80
17/01/25	15023	27,00
22/01/25	15030	45,00
22/01/25	15031	28,26
06/02/25	15085	26,06
06/02/25	15084	45,00
11/02/25	15094	22,64
11/02/25	15095	35,00
11/02/25	15096	45,00
11/02/25	15097	28,50
20/02/25	15125	27,00
20/02/25	15126	18,14
21/02/25	15129	45,00
24/02/25	15155	27,00
24/02/25	15156	13,05
24/02/25	15163	45,00
24/02/25	15164	28,78
25/02/25	15170	14,72
26/02/25	15171	45,00
26/02/25	15172	36,66
21/02/25	15130	40,32
26/02/25	15177	27,00
07/03/25	15178	45,00
07/03/25	15179	39,80
07/03/25	15180	45,00
07/03/25	15181	34,08
10/03/25	15184	27,00
10/03/25	15185	17,02
11/03/25	15190	45,00
11/03/25	15191	28,32
12/03/25	15192	45,00
12/03/25	15193	26,58
13/03/25	15195	21,61
14/03/25	15198	45,00
14/03/25	15199	24,28
14/03/25	15200	45,00
14/03/25	15201	28,06
17/03/25	15213	35,00

DATA	NOTA FISCAL	TONELADA (t)
17/03/25	15214	21,78
17/03/25	15215	35,00
17/03/25	15216	20,98
13/03/25	15194	35,00
20/03/25	15224	35,00
20/03/25	15225	20,10
24/03/25	15232	16,70
24/03/25	15231	27,00
26/03/25	15241	27,00
26/03/25	15242	17,62
25/03/25	15239	45,00
25/03/25	15240	25,32
31/03/25	15270	20,60
31/03/25	15269	35,00
31/03/25	15266	35,00
31/03/25	15265	21,28
07/04/25	15290	35,00
07/04/25	15291	20,14
14/04/25	15307	35,00
14/04/25	15308	20,66
14/04/25	15310	18,85
14/04/25	15309	35,00
26/05/25	15434	35,00
26/05/25	15435	20,54
23/05/25	15422	27,00
23/05/25	15423	17,56
23/05/25	15424	35,00
23/05/25	15425	21,56
27/05/25	15444	27,00
28/05/25	15453	16,85
30/05/25	15464	18,49
30/05/25	15461	35,00
27/05/25	15445	17,01
28/05/25	15452	27,00
30/05/25	15462	22,74
30/05/25	15463	27,00
09/06/25	15505	27,00
09/06/25	15506	15,85
30/06/25	15558	35,00
30/06/25	15559	21,06
30/06/25	15560	45,00
30/06/25	15561	30,30
07/07/25	15579	35,00
07/07/25	15580	21,31



Companhia de Desenvolvimento Econômico de Marília - CODEMAR

Inscrição Estadual 438.025.617.113

CNPJ: 44.477.354/0001-05

Telefone (014) 3433-8188

Avenida Castro Alves, 632 - Caixa Postal 510 - CEP 17506-000 - Marília - SP.

DATA	NOTA FISCAL	TONELADA (t)
03/07/25	15571	35,00
03/07/25	15572	24,36
14/07/25	15620	45,00
16/07/25	15633	45,00
16/07/25	15634	36,42
10/07/25	15589	45,00
10/07/25	15590	33,82
10/07/25	15593	27,00
10/07/25	15594	16,94
14/07/25	15621	34,44
17/07/25	15642	35,36
17/07/25	15641	45,00
21/07/25	15654	36,36
21/07/25	15653	45,00
18/07/25	15644	45,00
18/07/25	15645	36,58
23/07/25	15664	45,00
23/07/25	15665	33,28
23/07/25	15666	35,00
23/07/25	15667	21,57
28/07/25	15680	35,00
28/07/25	15681	21,16
08/08/25	15703	27,00
08/08/25	15704	19,90
13/08/25	15711	21,36
13/08/25	15712	35,00
12/09/25	15777	35,00
12/09/25	15778	20,96
08/09/25	15773	35,00
08/09/25	15774	21,92
09/09/25	15775	35,00
09/09/25	15776	20,91
30/09/25	15817	39,06
30/09/25	15816	45,00
06/10/25	15821	35,00
06/10/25	15822	20,90
31/10/25	15881	45,00
31/10/25	15882	34,78
30/10/25	15865	45,00
30/10/25	15866	37,16
06/11/25	15916	45,00
06/11/25	15917	40,24
10/11/25	15936	35,00
10/11/25	15.937	20,20
10/11/25	15938	35,00
10/11/25	15939	23,14
13/11/25	15953	45,00
13/11/25	15954	36,36

DATA	NOTA FISCAL	TONELADA (t)
13/11/25	15951	45,00
13/11/25	15952	40,40
13/11/25	15962	45,00
13/11/25	15963	40,72
18/11/25	15978	35,00
21/11/25	15986	35,00
21/11/25	15987	20,68
18/11/25	15979	22,59
25/11/25	15997	27,00
25/11/25	15998	16,38
25/11/25	16000	18,64
25/11/25	15999	27,00
19/12/25	16.098	45,00
19/12/25	16099	29,12

Consumo em 2025 (t):	4.668,86
-----------------------------	-----------------



Companhia de Desenvolvimento Econômico de Marília - CODEMAR

Inscrição Estadual 438.025.617.113

CNPJ: 44.477.354/0001-05

Telefone (014) 3433-8188

Avenida Castro Alves, 632 - Caixa Postal 510 - CEP 17506-000 - Marília - SP.

Relatório de Controle de Compras de Pó de Pedra - 2025

Fornecedor: Santa Pilar Transportes Ltda - EEE

CNPJ: 07.299.879/0001-63

Consumo 2025 (t)

4.755,34

DATA	NOTA FISCAL	TONELADA (t)
07/01/25	14982	27,00
07/01/25	14983	19,10
08/01/25	14986	59,10
08/01/25	14995	18,50
08/01/25	14994	27,00
15/01/25	15020	21,68
15/01/25	15018	16,68
15/01/25	15017	27,00
15/01/25	15019	27,00
23/01/25	15035	40,24
24/01/25	15037	23,10
23/01/25	15034	45,00
24/01/25	15036	35,00
27/01/25	15051	35,00
27/01/25	15052	24,02
27/01/25	15053	45,00
27/01/25	15054	39,78
28/01/25	15055	45,00
28/01/25	15058	17,30
28/01/25	15056	34,38
28/01/25	15057	27,00
30/01/25	15072	35,36
30/01/25	15071	45,00
06/02/25	15083	36,98
06/02/25	15087	36,58
06/02/25	15082	45,00
06/02/25	15086	45,00
20/02/25	15127	45,00
20/02/25	15128	36,72
21/02/25	15147	45,00
21/02/25	15148	24,46
21/02/25	15149	35,00
21/02/25	15150	24,04
26/02/25	15173	45,00
26/02/25	15174	33,14
26/02/25	15175	45,00
26/02/25	15176	32,88
07/03/25	15183	38,26
07/03/25	15182	45,00
14/03/25	15197	17,50
14/03/25	15196	27,00
19/03/25	15222	27,00
19/03/25	15223	17,32

DATA	NOTA FISCAL	TONELADA (t)
25/03/25	15237	27,00
25/03/25	15238	18,98
26/03/25	15243	45,00
27/03/25	15247	38,06
28/03/25	15248	35,00
28/03/25	15249	23,60
31/03/25	15261	27,00
31/03/25	15262	18,90
31/03/25	15267	45,00
31/03/25	15268	26,46
01/04/25	15273	35,00
01/04/25	15274	20,14
03/04/25	15279	27,00
04/04/25	15282	35,00
04/04/25	15283	22,98
03/04/25	15280	17,20
14/04/25	15306	18,74
14/04/25	15305	27,00
16/04/25	15322	17,64
16/04/25	15321	27,00
16/04/25	15320	31,36
16/04/25	15319	45,86
20/05/25	15414	35,00
20/05/25	15415	22,82
26/05/25	15430	27,00
26/05/25	15436	27,00
26/05/25	15437	15,68
23/05/25	15420	27,00
23/05/25	15421	14,50
26/05/25	15431	21,76
27/05/25	15440	35,00
28/05/25	15448	35,00
28/05/25	15449	20,00
30/05/25	15465	35,00
30/05/25	15466	22,94
27/05/25	15441	31,94
12/06/25	15522	45,00
12/06/25	15523	30,66
20/06/25	15536	45,00
20/06/25	15537	29,28
16/06/25	15529	25,30
16/06/25	15530	35,00
30/06/25	15552	45,00



Companhia de Desenvolvimento Econômico de Marília - CODEMAR

Inscrição Estadual 438.025.617.113

CNPJ: 44.477.354/0001-05

Telefone (014) 3433-8188

Avenida Castro Alves, 632 - Caixa Postal 510 - CEP 17506-000 - Marília - SP.

DATA	NOTA FISCAL	TONELADA (t)
30/06/25	15553	43,28
30/06/25	15556	45,00
30/06/25	15557	41,16
01/07/25	15562	27,00
01/07/25	15563	18,92
26/06/25	15548	35,00
26/06/25	15549	20,48
01/07/25	15567	27,00
01/07/25	15568	17,94
14/07/25	15619	26,30
16/07/25	15628	35,00
14/07/25	15618	35,00
10/07/25	15592	29,30
10/07/25	15591	35,00
10/07/25	15587	45,00
10/07/25	15588	39,32
17/07/25	15638	10,00
17/07/25	15636	42,56
17/07/25	15635	35,00
21/07/25	15651	27,00
21/07/25	15652	15,92
16/07/25	15629	25,40
21/07/25	15656	35,00
21/07/25	15657	25,86
21/07/25	15658	27,00
21/07/25	15659	22,56
22/07/25	15660	35,00
22/07/25	15661	20,98
22/07/25	15662	45,00
22/07/25	15663	35,38
23/07/25	15668	35,00
23/07/25	15669	25,08
18/07/25	15647	38,60
24/07/25	15670	45,00
24/07/25	15671	29,12
25/07/25	15672	27,00
25/07/25	15676	27,00
25/07/25	15677	18,60
18/07/25	15646	45,00
25/07/25	15673	20,40
04/08/25	15691	35,00
04/08/25	15692	19,26
04/08/25	15693	35,00
04/08/25	15694	20,72
05/08/25	15697	27,00
05/08/25	15698	16,32
03/11/25	15888	39,68
03/11/25	15887	45,00
05/11/25	15900	45,00

DATA	NOTA FISCAL	TONELADA (t)
05/11/25	15909	40,06
06/11/25	15915	41,68
05/11/25	15901	42,60
05/11/25	15908	45,00
06/11/25	15914	45,00
27/11/25	16010	45,00
27/11/25	16011	40,98
27/11/25	16017	45,00
27/11/25	16018	41,08
18/12/25	16086	35,00
18/12/25	16087	24,42
18/12/25	16090	35,00
18/12/25	16091	21,86
30/12/25	16104	27,00
30/12/25	16105	16,60

Consumo 2025 (t)	4.755,34
-------------------------	-----------------